

Mamadou Bá

Sou o Mamadou do SOS Racismo e da Associação luso-senegalesa, o título da minha comunicação é “Comunidades imigrantes e seus filhos: democracia, cidadania e direito de voto”.

A minha presença aqui até pode reflectir alguma ambiguidade do progresso da democracia vivido desde o 25 de Abril para cá porque aparentemente somos todos iguais, gozamos todos dos mesmos direitos, no entanto este postulado consagrado até nos vários instrumentos jurídicos, não passa de uma mera proclamação de boas intenções para uma parte da população, e nomeadamente os imigrantes.

Para mim acho que é fácil proclamarmos a igualdade de direitos, a democracia mas torna-se mais complicado quando nos apercebemos que isto é uma escolha política responsável. Trata-se de decidirmos se estamos para uma democracia efectiva e verdadeira ou estamos para uma democracia fragmentada e amputada, onde temos uma parte da população afastada ou excluída dos processos da democracia.

Eu acho que a questão não será somente de nos indignar ou encantar pela falta de democracia, ela passa muitas vezes por nós optarmos de facto por mecanismos processuais que assentam numa participação efectiva de todos e todas que convivem no mesmo espaço, ou seja imigrantes e cidadãos nacionais.

Assim para mim a consolidação dos avanços e progressos do 25 de Abril passam fundamentalmente e em imprescindivelmente pelo preenchimento do vazio que existe entre a proclamação, enunciação dos princípios democráticos e a sua materialização efectiva pelo exercício da cidadania dos imigrantes e seus filhos. É por aí que passa um sistema democrático, é preencher o vazio que existe entre a mera proclamação da igualdade de direitos que até está consagrada na Constituição da República Portuguesa, e a sua materialização efectiva outorgando direito de voto, de cidadania, de participação a estas comunidades.

Portugal é uma sociedade cosmopolita hoje em dia, e tem cada vez mais expressão este cosmopolitismo social na sociedade portuguesa, e isso deve se reflectir na expressão dos processos que levam à representatividade democrática.

Porque hoje em dia diga-se de verdade as comunidades imigrantes têm algumas reservas quanto à legitimidade da representatividade democrática, porque estão excluídos desse processo, os imigrantes não votam, os seus filhos também não votam.

Eu acho que não deixa de ser incompreensível para mim que a democracia portuguesa continue ainda hoje a ignorar as diferenças sociais e culturais da sociedade, baseando apenas num conceito para mim algo volátil, o conceito de nacionalidade.

Porque o justifica hoje perante a opinião pública é a exclusão dos imigrantes e dos seus filhos dos processos de representação democrática é o conceito de nacionalidade. Ou seja, como não são cidadãos nacionais não têm direito de se pronunciarem sobre os processos democráticos, “à pala” do conceito de nacionalidade.

E portanto milhares de imigrantes e seus filhos passam por esta situação, por simplesmente não serem cidadãos nacionais, não participam nos processos democráticos, na escolha de quem vai gerir a sua vida no dia a dia,

no quotidiano. Ou seja, não ter representatividade nem sequer podem escolher quem vai fiscalizar a sua vida no dia a dia.

E para os imigrantes a justificação é que não são cidadãos nacionais, o drama é pior quando se trata dos filhos dos imigrantes porque simplesmente eles são excluídos através de uma revisão da Constituição Portuguesa em 1981, em que agora a lei da nacionalidade, já não é dos *ius solis* mas de *ius consanguinis*. Ou seja, apesar de terem nascido cá os filhos dos imigrantes, não são nacionais porque não são filhos de cidadãos nacionais. É um contra-senso, uma aberração no meu entender e esta exclusão resulta muito em descontentamento e é uma grande frustração sobretudo da parte da segunda e terceira geração de imigrantes. E não são segundas nem terceiras gerações de imigrantes, são portugueses filhos de imigrantes.

E essas situações continuam hoje a imperar e no nosso entender poder participar é uma forma de liberdade, é uma forma de participar democraticamente na sociedade portuguesa e não lhes é dada esta oportunidade.

E sobretudo porque a participação podia ser para esses cidadãos, não só e apenas o reconhecimento que elas têm na construção deste país, mas podia sobretudo valorizar o seu estatuto de pessoa humana, de cidadão.

Eu acho que devíamos neste momento nos pautar por uma, não só revisão da Constituição que possa outorgar automaticamente o direito à nacionalidade aos filhos dos imigrantes e que também possa dar o direito de voto aos imigrantes que vivem regularmente em território nacional. Porque como dizia um sociológico francês, “o Estado nação hoje em dia está cada vez mais desnacionalizado”, ou seja o que conta mais são as particularidades, o cosmopolitismo social. A democracia deve assim obedecer irreversivelmente ao contexto pluricultural da sociedade portuguesa.

Não podemos andar a assobiar para o lado, a invocar conceitos como a nacionalidade para afastar uma boa parte da sociedade que apesar de tudo participa e contribui para a construção deste país, afastando-os dos processos democráticos, nomeadamente o direito de voto que é essencial para a expressão de cidadania, e é fundamental que seja estendido às comunidades estrangeiras e seus filhos que vivem em território nacional.

Para isso importava sobretudo que as políticas e nomeadamente as políticas de imigração transcendam um pouco o velho absurdo conflito entre nacionalidade e cidadania, para responder eficazmente à exclusão social e política e para que a democracia seja um governo de todos, com todos e para todos. E que seja uma possibilidade real e não só um enunciado de boas intenções que fique nas grandes cartas e convénios internacionais, a que Portugal e a Europa estão sujeitos.

E acho que um outro aspecto que se prende com a democracia hoje, uma vez por todas temos que acabar com associar a imigração somente a números. Os imigrantes são mais que números, hoje o discurso tanto oficial como oficioso da imigração e das minorias étnicas se resume a números, a obrigações economicistas: pagar impostos, descontar para a Segurança Social, equilibrar o saldo demográfico em declínio, atenuar a pobreza dos países de origem com as remessas que enviam.

Mas os imigrantes são mais que números, são pessoas e como pessoas são inquestionavelmente portadores de direitos e o Estado democrático tem de entender isso de uma vez por todas.

Temos que passar hoje em dia daquela incongruência que é, em Portugal todos temos uma igualdade de *jure*, todos somos iguais mas de facto não somos iguais. Eu acho que tem de haver, para se criar um equilíbrio e para que tenhamos de facto uma sociedade democrática, temos de quebrar esta incongruência de sermos de *juris* iguais e de facto desiguais.

É neste contexto que nasce o movimento a nível europeu que se reuniu em Madrid em 2002, um encontro promovido pela Rede Europeia Contra o Racismo que tem um papel consultivo junto da Comissão Europeia) e onde lançou em Maio, Julho de 2002, um apelo para a cidadania europeia de residência.

Apelo este que é subscrito por mais de sessenta organizações a nível europeu e tem mais de seis mil assinaturas aqui em Portugal, entre as quais temos figuras públicas de todos os quadrantes políticos e está a circular esta petição a exigir a cidadania europeia de residência. Ou seja, que seja outorgado o direito de voto àqueles que residem regularmente no espaço e europeu e em Portugal e com as vossas assinaturas também que faltam, nós todos estaremos a participar para uma melhor democracia.

Aquilo que eu acho independentemente daquilo que se fala de facto e repito a democracia serve para uns, é um mecanismo para nós decidirmos, pensarmos e gerirmos a vida dos outros, por outro lado ela também serve, para afastarmos outras pessoas deste mesmo processo. Tem sido isto todo o quadro legislativo, nomeadamente na área da imigração e não só, nas áreas sociais, quando falo nas políticas da habitação, de ensino, são todas desenhadas desta forma, há um filantropismo do Estado que é um atropelo ao próprio exercício da democracia, porque as minorias étnicas são concebidas simplesmente como agentes passivos da sociedade e não como agentes activos.

É por isso que nós achamos com essas organizações, é que uma das coisas que nos aflige há um retrocesso, uma falta de democracia na redacção do projecto da futura Constituição Europeia que nega a cidadania aos imigrantes, apesar do seu estatuto porque não se refere ao seu estatuto legal ou ilegal.

E já agora para mim não há nenhuma pessoa que seja ilegal mas é por isso que a sugestão que fazemos e deixamos bem claro aqui neste Congresso é que a redacção do artigo referente à cidadania na futura Constituição Europeia que tenha a seguinte redacção (não sou jurista por isso vou dizer mais ou menos como eu queria que fosse redigido), “é cidadão europeu toda a pessoa natural de um país membro ou residente no território de um Estado membro”, é esta a nossa sugestão.

E para nós uma nova definição de cidadania permitiria colocar em mesmo pé de igualdade todos os residentes na Europa, independentemente da sua origem nacional e a questão central é esta. Porque a situação actual conduz a incoerências, há milhares de pessoas que são submissas às leis dos países onde vivem mais excluídos na elaboração e na fiscalização dessas mesmas leis, dos processos que conduzem a essas leis.

E essa situação põe em evidencia a contradição entre princípios proclamados e a realidade, e a democracia como portadora de igualdade de direitos não se pode resumir a uma distração discursiva. Mas sim deve ser uma ferramenta de pertença, de participação, de representatividade e numa só palavra de cidadania.

Pois convivemos aqui convosco e falo aqui na primeira pessoa como imigrante senegalês aqui, compartilho convosco a alegria e as tristezas deste país, e participo convosco na construção deste país. Queria que assumissem aqui comigo, em voz alta e em bom-tom, um antigo lema que dizia “um cidadão, um voto, aqui vivo, aqui voto”.